

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DIANTE DE UMA SITUAÇÃO DE PANDEMIA

Anna Bárbara Ribeiro e Araújo Alcântara¹

Maria Clara Garrido de Sousa²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre as dificuldades enfrentadas durante o tempo de pandemia para com a educação inclusiva na modalidade remota, destacando seus impactos no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, produzida por meio de levantamento bibliográfico e documental, com base em artigos científicos, documentos oficiais e dados do IBGE, referentes ao período de 2020 e 2022. Assim, o estudo fundamenta em autores como Vygotsky e Piaget, que ressaltam a importância da interação social no processo de aprendizagem. Os resultados evidenciam que o ensino remoto, embora necessário, ampliou desigualdades como a falta de acesso às tecnologias, suporte familiar e acompanhamento pedagógico. Constatou-se que alunos com deficiência foram mais afetados, enfrentando dificuldades que comprometeram seu desenvolvimento educacional. E concluiu-se que a pandemia evidenciou fragilidades na educação inclusiva, reforçando a necessidade de políticas públicas mais eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Ensino Remoto. Covid-19. Educação Básica. Desigualdade Social.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi escrito com a intenção de observar a qualidade da Educação Básica no que diz respeito à Educação Inclusiva na modalidade remota durante o quadro pandêmico da Covid-19 – resultante da alta contaminação com o vírus SARS-CoV-2 – vivenciado em todo o planeta, sendo o Brasil um dos epicentros da contaminação viral, destacando os direitos assegurados por lei à educação especial presentes na Constituição Federal de 1988, bem como buscar identificar e compreender as principais dificuldades enfrentadas pela educação inclusiva nesse período, usando como fonte a pesquisa bibliográfica em um levantamento de artigos científicos, bem como dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), produzidos entre os períodos de 2020 e 2022, evidenciando as principais problemáticas relacionadas ao tema.

Sabemos, no entanto, que essa situação é uma questão bem complexa visando os verdadeiros objetivos do governo para com a sociedade. E que objetivos são esses? Segundo o

¹ Graduada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Graduada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Ministério da Saúde, publicado no livro “A Política Nacional de Saúde da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência” fica esclarecido que os objetivos do governo, que estão relacionados às pessoas dessa categoria de acordo com a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é promover, defender e garantir condições de vida com dignidade e a emancipação das pessoas que têm alguma deficiência.” (BRASIL, 2010; ONU, 2006).

Desse modo, fica claro que para a sociedade, pessoas com qualquer tipo de deficiência, seja ela deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial ou deficiência múltipla, desproviavam de amparo significativo mediante a situação em que se encontravam. Porém, essa conjuntura vem mudando desde a década de 1960, quando o conceito relativo à deficiência veio a se modificar em todo o mundo.

O Ministério da Saúde, visando todos os aspectos gerais relacionados ao tema anterior afirma que:

[...] como seus propósitos gerais, um amplo leque de possibilidades que vai da prevenção de agravos à proteção da saúde, passando pela reabilitação: proteger a saúde da pessoa com deficiência; reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social e prevenir agravos que determinam o aparecimento de deficiências. Suas principais diretrizes, a serem implementadas solidariamente nas três esferas de gestão e incluindo as parcerias interinstitucionais necessárias, são: a promoção da qualidade de vida, a prevenção de deficiências; a atenção integral à saúde, a melhoria dos mecanismos de informação; a capacitação de recursos humanos, e a organização e funcionamento dos serviços. (BRASIL, 2010, p. 7).

Desse modo, ficam claros os objetivos que o governo, no que condiz aos direitos de membros da sociedade portadores de deficiência cujos direitos são subsidiados pela Lei nº 7.853/89, que explicita a condição de que qualquer pessoa que apresente características que se enquadrem dentro do conceito de PCD (Pessoa com Deficiência) possua os direitos assegurados por Lei.

Em relação à educação, com o início da pandemia causada pela Covid-19 em 2020³ as escolas tiveram que rapidamente fechar as portas, de acordo com as orientações de segurança da Organização Mundial de Saúde (OMS), para segurança e resguardo da saúde de todos que faziam parte daquele ambiente. Iniciou-se, então, a difícil tarefa de tentar suprir, da melhor maneira possível, à falta das aulas presenciais e a distância entre alunos e professores, que foram atingidos de maneira esmagadora, especialmente aqueles que fazem parte de uma árdua

³ A pandemia é dada como iniciada quando o vírus começa a dissipar-se rapidamente, mundo afora. Entretanto, a doença já dava sinais de sua agressividade desde o seu início em Wuhan, na China, por volta de novembro de 2019

luta por seus direitos a uma educação inclusiva de qualidade. Cabem aqui, questionamentos imprescindíveis vinculados a esta realidade: Como se deu o processo de ensino-aprendizagem para o aluno com deficiência durante o período remoto? Como o Governo se posicionou diante dessa situação? Quais foram os encaminhamentos seguidos? Que tipo de dificuldades a educação inclusiva encontrou durante o período pandêmico?

A seguir, veremos um pouco mais acerca dos direitos, a qualidade da educação especial durante o período remoto e as diversas dificuldades que ela enfrentou em meio às adversidades.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A investigação foi realizada a partir do levantamento e análise de artigos científicos, livros e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva e ao ensino remoto no contexto da pandemia da Covid-19. Também foram utilizados dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período entre 2020 e 2022, com o objetivo de compreender aspectos sociais e educacionais que influenciaram o processo de ensino-aprendizagem durante esse período.

Portanto a pesquisa seguiu as seguintes etapas: O levantamento dos dados que foram baseados em autores que discutem o desenvolvimento infantil e os processos de aprendizagem, como Vygotsky (1989) e Piaget (1991), além de estudos que abordam os desafios da educação inclusiva no contexto do ensino remoto, para que a partir da leitura fosse realizada discussão relacionada aos pontos destacados no texto.

Com a abordagem temática deste modo foi possível identificar e compreender as principais dificuldades enfrentadas por estudantes com deficiência na Educação Básica durante o período de pandemia, considerando todos os aspectos pedagógicos, sociais e tecnológicos que dificultaram o acesso e a permanência dos alunos no processo educativo.

REFERENCIAL TEORICO

Direitos, ensino remoto e dificuldades enfrentadas pela educação inclusiva

De acordo com o Art. 59 da Constituição Federal de 1988, o direito a educação especial é garantido por lei, que assegura:



Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (CF, 1988).

É possível observar que o direito a esta está assegurado, mas também um trabalho com qualidade e rigor de acompanhamento, junto aos/as que dele necessitam. Entretanto, apesar de estar posto na Constituição de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, lei nº 13.146, (Estatuto da Pessoa com Deficiência) só foi instituída em julho de 2015. Esta garante que "toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação" (BRASIL, 2015).

Desse modo, o direito à inclusão é indiscutível. Entretanto, a inclusão educacional para pessoas com necessidades especiais, ainda é, em alguns casos, um tabu a ser superado. Mesmo estando explicitado em lei, é possível encontrar diversos obstáculos, como destaca Fachinetti e colaboradores (2021) em meio aos desafios globais para ações preventivas relacionadas a Covid-19, o Brasil demonstrou dificuldades acentuadas devido a estagnação econômica, com contenção de gastos e regressão educacional que acabam se tornando fatores decisivos em meio a um período delicado. E durante esse período remoto, foi possível perceber como isso afetou o processo de desenvolvimento e ensino-aprendizagem desses alunos.

Além disso, Cavalcante e Jiménez (2020, p.4) em uma pesquisa realizada por levantamento de informações de um relatório da comissão externa que acompanha o processo de desenvolvimento de trabalhos do Ministério da Educação (MEC), constataram que "o Governo Federal não adotou nenhuma medida para promover a Educação Inclusiva na Pandemia" e "até julho de 2020 nenhuma providência havia sido tomada", deixando evidente o descompromisso do Governo com a educação inclusiva durante o período pandêmico.

É importante lembrar que estamos pensando numa perspectiva de inclusão. Dessa forma, sem medidas adequadas, como se pode afirmar que crianças e adolescentes, alunos/as da educação básica, sentiram-se em meio à falta de orientação e apoio, nesta pandemia? Como mantem-se a perspectiva inclusiva mediada pela educação no formato remoto? As dificuldades enfrentadas pela inclusão em tempos de pandemia foram muitas, especialmente diante da impossibilidade do ensino presencial, uma realidade que atingiu todos os estudantes de forma ampla e significativa. No entanto, é necessário destacar que, embora esse cenário tenha impactado o conjunto dos alunos, seus efeitos foram ainda mais intensos para crianças com deficiência, que dependem, em grande medida, de interações presenciais, mediações pedagógicas específicas e acompanhamento contínuo. A ausência do ambiente escolar físico implicou não apenas a interrupção de práticas pedagógicas adaptadas, mas também a perda do convívio social com professores, colegas e demais profissionais da escola, elementos essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional desses sujeitos. Assim, a pandemia evidenciou e, em muitos casos, ampliou desigualdades já existentes no campo da educação inclusiva.

A respeito disso, Cury *et al.* (2020, p.4) discutem:

A manutenção do vínculo afetivo e social do estudante com deficiência com o profissional da educação especial, professores da educação básica e colegas de sala de aula, é um fator importante a ser considerado durante este período de pandemia. Deve-se, dentro do possível, manter uma rotina regular. Para o estudante com deficiência estar afastado do contexto escolar pode gerar angústia, medo e insegurança, principalmente por não compreender a situação que passamos a vivenciar repentinamente. Assim, estabelecer contato com profissionais, de forma online, pode ser muito importante para manter o vínculo social dos estudantes com deficiência e estabelecer um sentimento de pertencimento à um ambiente que fora frequentado presencialmente.

Conforme mencionado pelas autoras, é imprescindível garantir uma certa consistência no ensino à distância, com o objetivo de reduzir os efeitos negativos que o distanciamento pode causar nas relações afetivas e sociais dos alunos. Contudo, é fundamental ressaltar que, apesar de o ensino remoto ter permitido a manutenção de algum grau de interação entre estudantes, educadores e demais profissionais da educação, essa interação não ocorreu de forma equitativa para todos. Em diversas situações, especialmente no caso de crianças com deficiência, as restrições relacionadas às condições tecnológicas, à mediação familiar e às particularidades das necessidades educacionais resultaram em fragilidades nesse processo.

Portanto, embora não se possa afirmar que o contato tenha sido completamente eliminado, é claro que a interação no formato virtual não substitui totalmente a riqueza das relações presenciais. A interação direta — reconhecida como essencial para o desenvolvimento motor, cognitivo e psicossocial das crianças — foi consideravelmente diminuída, o que pode ter trazido consequências mais graves para os alunos que necessitam de acompanhamento mais próximo e de abordagens pedagógicas específicas. Dessa maneira, é fundamental reconhecer que os impactos desse período foram variados, dependendo das condições de acesso, suporte e inclusão efetivamente garantidas a cada grupo de estudantes.

Vygotsky (1989) considerava que a cultura e a socialização atuam de maneira essencial no desenvolvimento da criança. Na perspectiva de que quando criança, o indivíduo inicia o seu processo de desenvolvimento da linguagem por meio das interações com aqueles que a ela são mais próximos, evidenciando a importância da interação, do contato com o outro.

Outro ponto que merece atenção em relação ao afastamento do ambiente escolar são os efeitos no processo de aprendizagem das crianças, já que essa medida, tomada por motivos de segurança sanitária, teve um impacto significativo em todos os alunos da educação básica. Entretanto, é relevante levar em conta que, no âmbito da educação inclusiva, esses efeitos podem ter se revelado de maneira ainda mais significativa, considerando as particularidades presentes nos processos de ensino e aprendizagem destes indivíduos. Isso se deve ao fato de que as crianças constroem conhecimentos e desenvolvem habilidades principalmente por meio das interações com o ambiente. Experiências como ouvir sons, interagir com colegas e professores, explorar texturas de materiais didáticos e participar de atividades lúdicas, especialmente aquelas ligadas ao brincar e à interação com o ambiente externo, são essenciais para o desenvolvimento integral. Assim, embora todas as crianças tenham sido privadas do convívio escolar presencial, é importante considerar que a falta dessas experiências pode ter causado efeitos variados, especialmente para aquelas que necessitam de estímulos mais diretos e de intervenções pedagógicas específicas.

Segundo Jean Piaget, “a evolução do conhecimento e da inteligência é um processo contínuo, construído a partir da interação ativa do sujeito com o meio físico e social” (PIAGET, 1991). Nessa perspectiva a criança aprende ao interagir, ao brincar, um exemplo disso é na amarelinha, no qual o seu cérebro calcula perfeitamente a força do impulso dado durante um salto, desenvolvendo noções de espaço, de força e de raciocínio lógico. Ideia que na educação inclusiva é essencial, já que é na interação que é possível se notar o desenvolvimento positivo da criança portadora de necessidades especiais, porém, com a

impossibilidade da presença física em sala de aula é necessário pensar outras maneiras de tentar atenuar os efeitos negativos que a distância pode causar na criança com necessidades especiais, tais como os sentimentos de angústia, medo e insegurança citados por Cury *et al* (2020).

Entretanto, pensando na perspectiva remota deve-se considerar uma problemática que se caracteriza como uma das muitas dificuldades enfrentadas pelas famílias pertencentes à classe mais pobre do país que vive em um crescente aumento nos índices de desigualdade e pobreza acentuados pela pandemia. E com isso, a questão do acesso à tecnologia se tornou mais uma limitação envolvendo a educação remota.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o desemprego está em 11,1% e atinge 11,9 milhões em nosso território brasileiro, o que dificulta aos pais ou responsáveis a possibilidade de disponibilizar um computador ou celular individual para seus filhos, mesmo que seja para algo tão importante como a educação dos mesmos. Quando possuem algum aparato tecnológico, em sua grande maioria é apenas um único aparelho que geralmente tende a ser revezado entre os integrantes da família, o que dificulta e muito em caso de duas ou mais crianças em fase escolar que estejam com aulas marcadas em horários iguais.

As complicações para uma Pessoa com Deficiência (PCD) e para seus responsáveis em sua fase escolar em tempos de pandemia tornam-se ainda mais preocupantes, tendo em vista que o acompanhamento dos profissionais disponíveis na escola fica restrito ao contato remoto. O profissional fica incapacitado de acompanhar um período inteiro os comportamentos, as dificuldades e as capacidades da criança, dificultando sua intervenção para que a mesma consiga se desenvolver o máximo possível de suas capacidades.

Ao contrário de estar em uma sala de aula, onde a criança com deficiência consegue demonstrar e até mesmo pedir ajuda ao seu professor que irá trabalhar com todas as formas possíveis na busca de sanar com maior eficiência suas dificuldades. Vale pensar também nos índices de analfabetismo que atingem o país e que, no contexto do ensino remoto tornaram-se mais uma das diversas dificuldades às famílias. Pesquisas sobre desigualdades educacionais no Brasil indicam que uma parte considerável da população ainda enfrenta dificuldades em leitura e escrita, o que pode afetar o suporte às atividades escolares em casa

Segundo dados do IBGE (2022), cerca de 5,6% da população brasileira com 15 anos ou mais não sabe ler ou escrever, evidenciando a permanência de dificuldades estruturais no campo educacional. Para pessoas com deficiência, essa situação pode ser ainda mais complicada, pois há casos em que a criança não tem, em seu ambiente familiar, um

responsável com um nível mínimo de escolaridade que permita ajudar na compreensão e execução das tarefas propostas.

Nessa perspectiva e levando em consideração os dados apresentados anteriormente, é evidente que a condição financeira severamente atingida pelo período pandêmico impossibilitou quaisquer avanços no desenvolvimento de crianças PCD, na impossibilidade dos pais de arcarem com gastos extras para contratação de professores particulares e no abandono por parte do Governo em relação a criação de estratégias no enfrentamento do período remoto. Esse contexto é geralmente ligado a famílias em condição de vulnerabilidade social e econômica, demonstrando como fatores estruturais podem afetar diretamente o processo de aprendizagem. Dessa forma, o ensino remoto, apesar de ser necessário durante a pandemia, acabou por evidenciar e, em alguns casos, agravar as desigualdades já existentes na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo abordado, podemos pensar no outro ser, diferente de nós, na aparência, no modo de visão de mundo, de entendimento, de realidade de vida, mas igual nos direitos de ter uma vida social e educativa de qualidade, interação social ativa e que não seja reprimida e oprimida por uma sociedade capitalista que visa somente seu ego de crescer socialmente e economicamente sem se importar com o outro. É necessário que haja sensibilidade à questão da educação inclusiva, que por lei é direito de toda criança portadora de necessidades especiais, para que na prática, o discurso de inclusão seja efetivo.

Assim é importante, conhecer nossa realidade, e pensar modos de agir com ou sem situação de pandemia, se aprofundar mais nesses contextos da educação inclusiva tão pouco debatidos por gestores públicos, tendo em vista que isso é uma parte fundamental para o processo de desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais.

É direito de toda criança ter acesso a uma educação de qualidade, ir à escola, ter acesso aos mesmos conteúdos que outras crianças de mesma faixa etária acessam, e partindo desse modo de pensamento se entrosar e se desenvolver melhor. Porém, durante esse quadro de pandemia, na modalidade de ensino remoto, crianças com necessidades especiais sofreram ainda mais pela falta de assistência profissional, pela falta do contato e da interação que é tão importante no desenvolvimento de suas capacidades, a falta de assistência familiar devido a questões sociais, já que nem todas as famílias, conheciam ou possuíam habilidades para contribuir com os aparatos tecnológicos e adequação de ensino sobre o que lhes eram enviados pelas escolas de ensino remoto.

Para tanto, pensar o desenvolvimento e inserção plena dessas crianças na vida em sociedade, e na melhoria da qualidade de vida das mesmas, a partir das dificuldades que as desolam e buscando superá-las, se faz importante e extremamente necessário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 09 ago. 2022.

CAVALCANTE, M. S. A.; JIMÉNEZ, L. O.. **Educação inclusiva em tempos de pandemia**. Anais VII CONEDU-Edição Online. Realize Editora. 2020.

CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M.; FERREIRA, L. G. F.; & REZENDE, A. M. S. D. S. (2020). **O Aluno com Deficiência e a Pandemia**. Instituto Fabris Ferreira, 2020-07.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; DE CÁSSIA SPINAZOLA, Cariza; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação inclusiva no contexto da pandemia: relato dos desafios, experiências e expectativas**. Educação em Revista, v. 22, n. 1, p. 151-166, 2021.

IBGE/AGÊNCIA ESTADO. **Pandemia agravou desigualdade na educação pública e privada e entre pobres e ricos**. São Paulo: UOL Educação, 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2021/12/03/pandemia-agravou-desigualdade-na-educacao-publica-e-privada-e-entre-pobre-e-rico.htm> . Acesso em: 30 mar. 2026.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: **indicadores de alfabetização e educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.band.com.br/noticias/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-a-educacao-e-queda-no-analfabetismo-16608127> . Acesso em: 30 mar. 2026.

INAF. Analfabetismo funcional no Brasil: **desafios e impactos na educação**. São Paulo: INAF, 2024. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2025/05/05/estagnado-brasil-tem-29-de-analfabetos-funcionais-pandemia-piorou-quadro.htm> . Acesso em: 30 mar. 2026.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Objetivos de desenvolvimento sustentável: educação de qualidade**. Brasília: Ipea; IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html> Acesso em: 10 de ago. 2022.



XVI FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A PESQUISA NA GRADUAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

27 a 30 de maio 2026 - Sertão Central - Quixadá - CE.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2010.

PIAGET, J.; BÄRBEL, I. **A psicologia da criança**. Trad. Octavio M. Cajado. São Paulo: Difel, 1968. 146p

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

PIAGET, J.; BÄRBEL, I. **A psicologia da criança**. Trad. Octavio M. Cajado. São Paulo: Difel, 1968. 146p



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP